

A revelação divina: De acordo com a *Dei Verbum* 2

*The divine revelation:
According to Dei Verbum 2*

Heber Ramos Bertuci

Resumo

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Concílio Ecumênico Vaticano II ensina sobre a revelação divina. Neste artigo, será explicada uma pequena (mas substancial) parte desta Constituição, em seu número dois. Ela será esboçada sob os dois pontos do artigo. O primeiro se chama: “A revelação de Deus foi fruto de sua vontade”. O segundo se chama: “Por meio de Cristo, os seres humanos têm acesso, no Espírito, ao Pai”. O desenvolvimento desses pontos são as próprias cláusulas de cada ideia usada pela *Dei Verbum*. No artigo, as citações de diversos autores auxiliam no embasamento e compreensão do texto, trazendo à luz a riqueza do pensamento católico. A *Dei Verbum* enfatiza que a revelação divina é a autocomunicação de Deus ao ser humano, visando tornar Deus conhecido. Essa revelação foi feita em bondade e sabedoria divinas. Ao se revelar, Deus fez conhecer o mistério de sua vontade, descortinou sua face em Cristo e apresentou seu plano de salvação. O artigo enfatiza o importante fato de que toda a Trindade Santa esteve envolvida na revelação: Deus, por meio de Cristo e do Espírito, se revela ao ser humano, tornando-o capaz de ser participante da natureza divina.

Palavras-chave: Vaticano II. *Dei Verbum*. Revelação. Trindade. Encarnação.

Abstract

The Dogmatic Constitution *Dei Verbum* of the Second Vatican Ecumenical Council teaches about divine revelation. This article will explain a small (but substantial) part of this Constitution, in its number two. It will be outlined under the two points of the article. The first is called: “God’s revelation was the fruit of his will.” The second is called: “Through Christ, human beings have access, in the Spirit, to the Father.” The development of these points are the clauses of each idea used by *Dei Verbum*. In the article, quotes from various authors help to support and understand the text, bringing to light the richness of Catholic thought. *Dei Verbum* emphasizes that divine revelation is God’s self-communication to human beings, aiming to make God known. This revelation was made in divine goodness and wisdom. By revealing himself, God made known the mystery of his will, unveiled his face in Christ, and presented his plan of salvation. The article emphasizes the important fact that the entire Holy Trinity was involved in revelation: God, through Christ and the Spirit, reveals himself to human beings, making them capable of participating in the divine nature.

Keywords: Vatican II. *Dei Verbum*. Revelation. Trinity. Incarnation.

Introdução

O Deus da revelação bíblica é sempre apresentado como o sujeito de sua manifestação. Nesse sentido, trata-se do Deus vivo que não é um termo de algum raciocínio nosso, alguém que pertença à lógica dos nossos conceitos. As intervenções divinas na Escritura e na história demonstram que Deus está em busca do ser humano, sendo aquele que pergunta: “Onde estás?” (Gn 3,9). Mesmo que existam várias tensões e desenvolvimentos em particular, a história da revelação forma um *continuum traditivo* em que o povo da Aliança do Antigo e do Novo Testamento encontra sua identidade na resposta de fé à palavra de Deus anunciada na história.

O ser humano conhece a Deus por meio de sua revelação. Por isso, todo estudo neste tema é importante. Os católicos devem se empenhar nos estudos sobre a revelação divina, para encontrar nela, alimento e estímulo. A pesquisa sobre este tema deve ser feita de modo a tentar explicar a relação entre o sujeito revelador (Deus) e o sujeito que recebe a revelação (ser humano), bem como explicar o conteúdo e as formas de Deus se manifestar.

Um importante legado foi deixado à Igreja Católica e ao mundo pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. Foram vários os temas ali tratados, e um deles foi sobre a “revelação divina”, tratada especialmente na Constituição Dogmática *Dei Verbum*. É digno de nota que esta Constituição afirma que Deus teve prazer em se revelar ao ser humano, não fazendo isso por obrigação. As ênfases que este artigo retira do início da *Dei Verbum* são que a revelação de Deus foi fruto de sua vontade, e que os seres humanos, através de Cristo, têm acesso, no Espírito, ao Pai. O desenvolvimento dos pontos deste artigo são as próprias cláusulas de cada ideia da Constituição. O leitor perceberá que cada palavra e expressão do Concílio Vaticano II é rica de significado. O emprego de citações de diversos autores neste texto ajuda no embasamento e compreensão dele: as citações ensinam que a revelação divina é a autocomunicação de Deus ao ser humano, visando tornar Deus conhecido.

1. A revelação de Deus foi fruto de sua vontade

O primeiro capítulo da Constituição Dogmática *Dei Verbum*, do Concílio Ecumênico Vaticano II, afirma: “Aproveu a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade [...], mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina”.¹ Duas ideias podem ser explicadas a respeito dessas palavras. Uma será comentada neste ponto e a outra no seguinte. A primeira ideia é: “Aproveu a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade”. Isso significa que a revelação de Deus foi fruto de sua vontade. O que cada cláusula dessa ideia quer comunicar?

1.1. “Aproveu a Deus”

“Aproveu a Deus”. Eis o que chama a atenção nessa expressão.

(1) O seu contexto: as palavras foram redigidas no âmbito do Concílio Vaticano II, o 21º Concílio Ecumênico, realizado entre 11 de outubro de 1962 a 8 de dezembro de 1965.² Para Joseph Ratzinger († 2022), a riqueza, a oportunidade e a imprescindibilidade dos grandes documentos do Vaticano II, ninguém que seja ou que queira permanecer católico pode nutrir dúvidas de qualquer tipo.³ O Vaticano II representa, sem dúvida, o acontecimento eclesial mais importante do nosso século.⁴ São João Paulo II († 2005) disse que “o *Concílio Vaticano II* foi um grande dom para a Igreja, para todos aqueles que tomaram parte nele; foi um dom para a família humana inteira, um dom para cada um de nós.”⁵ O grande

¹ DV 2.

² DH, p. 905.

³ RATZINGER, J., Relatório sobre a fé, p. 65.

⁴ DI SANTE, C., Israel em Oração, p. 11.

⁵ JOÃO PAULO II, PP., Cruzando o limiar da esperança, p. 151, grifo do autor.

propósito do Vaticano II é conferir ao Cristianismo, novamente, a força de fazer história.⁶ O Concílio faria isso apresentando uma teologia séria e bem trabalhada. Por isso, Paulo Gonçalves afirmou que o Vaticano II “se qualifica como evento simultâneo de recepção e de impulso à produção teológica, incidindo em um discurso sobre Deus, o homem e a Igreja.”⁷ Dependerá de todos os católicos, chamados a conceder vida ao Concílio, se o Vaticano II e suas conquistas serão considerados um período luminoso para a história eclesial.⁸ É importante que cada católico dê força aos documentos do Concílio e anime suas aplicações.

(2) O verbo “aprouve”. Na *Dei Verbum*, “aprouve” traduz o termo latino *placuit*, que é derivado do verbo *placeō*, que significa: “agradar”, “parecer bem”, “estar contente consigo”.⁹ Isso quer dizer que Deus teve prazer intrínseco em se revelar. Esse prazer divino demonstra seu grande amor pela humanidade: o apóstolo João escreveu: “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou e enviou-nos seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados” (1Jo 4,10). Bento XVI interpretou o verso como segue: “Dado que Deus foi o primeiro a amar-nos [...], agora o amor já não é apenas um ‘mandamento’, mas a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro.”¹⁰ Deus vem ao encontro de cada pessoa com sua revelação. Então, ele tem prazer em efetua-la. Por isso, se lê na *Dei Verbum*: “aprouve a Deus”.

1.2. “Na sua bondade e sabedoria”

“Na sua bondade e sabedoria”. O que se pode afirmar sobre essa expressão? Que há dois atributos divinos citados. Sobre esse tema, é importante dizer:

(1) O que é “atributo”? O termo latino *attributus* quer dizer propriedade característica de um ser.¹¹ Bernardo Bartmann afirma que, sob o nome de “atributos divinos” pode ser compreendida toda a perfeição pura que, de acordo com a “maneira analógica de conhecer a Deus pertence por intrínseca necessidade à essência divina constituída, no nosso pensamento, da asseidade, e que, conhecida pela consideração das realidades criadas, particularmente da pessoa humana, é transportada a Deus.”¹² Essas palavras significam: (1º) Que os “atributos” procuram compreender a perfeição de Deus; (2º) Que os atributos divinos se manifestam pela maneira análoga de conhecer a Deus.

(2) O que é “analogia”? Podemos dizer, sem receio de exagerar, que o termo “analogia” é essencial na Teologia Fundamental católica.¹³ A Teologia Fundamental está relacionada sobretudo com a revelação divina.¹⁴ A “analogia”, com esta preocupação, indica uma maneira de empregar certos termos, de modo que estes, em determinadas condições, expressem efetivamente (embora de modo muito longínquo), a realidade divina.¹⁵ Olivier Boulnois reflete que na pesquisa teológica, “analogia designa a distância entre o conhecimento que o homem tem de Deus e o próprio Deus.”¹⁶ Um dos exemplos mais famosos e verídicos de analogia na Escritura, é a relação que se faz entre Jesus Cristo e o Cordeiro Pascal, no qual o sacrifício do cordeiro no Êxodo prefigura o sacrifício de Jesus na cruz. Em nosso tema pesquisado neste artigo, a analogia encontra-se nos atributos divinos (os usados aqui são “bondade e sabedoria”), que conhecidos pela consideração das realidades criadas – especialmente da pessoa humana –, é transportada a Deus.

A questão da analogia na teologia da revelação procura responder a seguinte questão: de que maneira pode Deus se revelar como Ele mesmo no *médium* da linguagem humana sem se expor a uma

⁶ RATZINGER, J., Prefácio à reedição de 2000, p. 12.

⁷ GONÇALVES, P. S. L., Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín, p. 104.

⁸ RATZINGER, J., Relatório sobre a fé, p. 81.

⁹ SARAIVA, F., Placeo, p. 904.

¹⁰ DCE 1.

¹¹ CUNHA, A., Atributo, p. 68.

¹² BARTMANN, B., Teologia dogmática, § 26, p. 181.

¹³ LAFONT, G., Analogia, p. 57, grifo do autor.

¹⁴ RATZINGER, J., O sal da terra, p. 51.

¹⁵ LAFONT, G., Analogia, p. 57.

¹⁶ BOULNOIS, O., Analogia, p. 120.

redução ao finito através do espírito humano que o concebe?¹⁷ Gerhard Müller (n. 1947) disse que “o conhecimento analógico de Deus, mediado pelo ser, não é um conhecimento da essência de Deus em si mesma (S. th. I. q. 12 ad1); na analogia do ser, o ser humano pode conhecer Deus somente como mistério (*tamquam ignotum*).”¹⁸ A analogia manifesta duas exigências: a primeira é respeitar a transcendência absoluta de Deus; a segunda é conservar no discurso da fé um mínimo de pertinência inteligível.¹⁹

Joseph Moingt († 2020) explicou que, se Deus quer se manifestar ao ser humano, “não é para se dar a conhecer diretamente, uma vez que ele existe, a princípio, para além de nossas possibilidades de apreendê-lo, mas sim para entrar em relação conosco, de sujeito a sujeito, para que entremos ‘em relação’ com ele, em relação vivificante”.²⁰ Então, o conhecimento de Deus que se torna visível através da analogia diz mais sobre a referência do ser humano a Deus do que sobre Deus em si mesmo. A possibilidade de aplicação analógica dos conceitos humanos demonstra de que forma Deus pode se dar a conhecer na linguagem humana sem que caia na dependência do pensamento humano. Deus não é ligado a uma dialética real ou conceitual com o mundo. Para G. Müller, “é, antes, o mundo, por causa de sua condição de coisa criada, que está realmente referido a Deus e, por consequência, o ser humano é sempre um possível ouvinte da Palavra de Deus pronunciada na história.”²¹

(3) A expressão “na sua bondade e sabedoria” contém dois atributos de Deus.

(1º atributo): “Bondade”. A teologia classifica a bondade de Deus em: *bonitas essentialis, absoluta* (a bondade de Deus em si); *bonitas moralis* (bondade moral); e *bonitas relativa, respectiva: benignitas, benevolentia, gratia, misericordia* etc (bondade em relação às criaturas). Nesse último caso, para exemplificar, àqueles que sofrem de males físicos ou morais, a bondade de Deus se manifesta como misericórdia; aos empedernidos no pecado, ela se apresenta como longanimidade ou paciência.²² Na Escritura, a bondade deve ser entendida analogicamente. B. Bartmann explicou: “Mas tudo isso deve ser entendido analogicamente: a bondade de Deus para com as criaturas não deve ser absolutamente concebida como movimento do sentimento ou paixão, mas como simples comunicação dos seus dons, como efeito procedente dele (*actus purus*): não *afeto*, mas *efeito*.”²³

A “bondade” citada na *Dei Verbum* envolve as três classificações de bondade citadas. Porém, é evidente que um aspecto principal é a *bonitas relativa, respectiva*, que revela a bondade divina por suas criaturas. Ao se revelar, Deus quer tornar os seres humanos capazes de respondê-lo, de conhecê-lo e de amá-lo muito além do que seria possível por si mesmos.²⁴ Um fato interessante é que a bondade relativa, que Deus comunica às criaturas, conduz novamente à sua bondade ontológica essencial. Do mesmo modo, toda verdade que Deus comunica a nós, revelando-se (*veritas in dicendo*), fundamenta-se na verdade que se identifica com o seu ser (*veritas in essendo*). Então, a essência de Deus é a base da sua bondade e da sua verdade. E, já que Deus encontra nas criaturas as suas ideias eternas (que realizou nelas com a criação), assim, encontra ali também os efeitos da bondade que lhes comunicou.²⁵

(2º atributo): “Sabedoria”. Na *Dei Verbum*, esse atributo é apresentado no contexto da revelação divina. A dogmática católica apresenta o tema no contexto da imediatez de Iahweh a seu povo e a auto mediação na Palavra e no Espírito. P. Beauchamp disse: “Deus tem a propriedade da sabedoria, cujo gênio técnico ele aplica na obra de criação, mas também de salvação.”²⁶ A mensagem de Deus a Israel colocou como necessário o mediador da aliança que fosse representante de Iahweh diante de Israel e representante de Israel diante de Deus. “O mediador é, de certo modo, em referência a Deus, o mediador

¹⁷ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 36.

¹⁸ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 37.

¹⁹ BOULNOIS, O., Analogia, p. 120.

²⁰ MOINGT, J., Deus que vem ao homem, p. 243.

²¹ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 37.

²² BARTMANN, B., Teologia dogmática, § 42, p. 246.

²³ BARTMANN, B., Teologia dogmática, § 42, p. 246, grifo do autor.

²⁴ CEC 52.

²⁵ BARTMANN, B., Teologia dogmática, § 42, p. 246.

²⁶ BEAUCHAMP, P., Sabedoria, p. 1560.

do povo, e, visto a partir de Deus, o receptor da palavra e da vontade da revelação de Javé (juízes, profetas, reis, sacerdotes).²⁷

O “Filho de Deus”, chamado a ser mediador da Nova Aliança, é, em duplo sentido, representante tanto de Deus como de Israel, só podendo exercer sua função própria de mediação se estiver destinado, de certo modo, como representante humano e, ao mesmo tempo, a uma auto mediação divina interna, que faz parte da essência de Deus. “Se Deus se media a si mesmo em sua revelação, então sua essência deve se consumir por meio da automediação interna de sua realidade pessoal, ou seja, em sua vontade para si mesmo, idêntica, na sua palavra interna, com sua essência e com sua autoexpressão.”²⁸ Na revelação Bíblica, essa unidade essencial de Deus com ele mesmo em seu autoconhecimento eterno e em sua identidade eterna e voluntária se expressa por meio da teologia da “Palavra de Deus” e do “Espírito Santo de Deus”.

Pode-se dizer que a sabedoria “oscila”, de certo modo, em ambos. Contudo, esta não é um terceiro elemento, ao lado da palavra e do espírito; trata-se, antes, de uma designação da unidade da atividade vital divina para o exterior. No Antigo Testamento a palavra e o espírito ainda não são concebidos como hipóstases (no sentido da doutrina trinitária cristã, mas somente como maneiras de ser e de atuar de Deus que se identificam com Javé). Sendo assim, não é possível firmar uma distinção exata entre palavra e espírito e a coordenação da sabedoria.²⁹ Destarte, a sabedoria apresentada na *Dei Verbum* para conduzir e efetuar a revelação de Deus trata-se de um atributo divino, distinto da Palavra e do Espírito, sendo a atividade vital divina para o exterior.

1.3. “Revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade”

“Revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade.” O que essa expressão quer dizer? Ela ratifica que Deus se revela (*Seipsum revelare*) ao ser humano, concedendo a este o mistério da sua vontade. A *Dei Verbum* toca em um tema muito importante. Nas palavras de Rino Fisichella (n. 1951), “é a partir da revelação de Deus que se torna possível compreender o conteúdo da fé cristã.”³⁰ Isso traz as seguintes ponderações:

(1) Os termos latinos *revelatio* / *revelationis* significam “ação de descobrir”, “ação de desvendar”³¹ e “ato ou efeito de divulgar”.³² Embutido no termo *revelatio* está a palavra *velum*, que quer dizer “véu”. Christoph Theobald (n. 1946) afirma que esse fato ensina que o sentido elementar de “revelar” é “desvelar”, e “se opõe a uma transparência total dos seres e pressupõe uma fronteira entre o que é oculto ou secreto e o que é público ou descoberto, uma ‘revelação’ que faz passar ‘algo’ ou ‘alguém’ de um estado ao outro.”³³ A significação religiosa da palavra se acha bem presente no termo “revelação”, já que este indica a divulgação de um segredo ou uma confidência, e, no aspecto religioso, o ato pelo qual a divindade fez saber aos seres humanos os seus mistérios e a sua vontade.³⁴

Portanto, revelação se trata do desvelamento do mistério, a comunicação através de palavras de um segredo que, até então, encontrava-se escondido.³⁵ Interpretando as palavras da *Dei Verbum*, escreveu R. Fisichella: “A partir desta expressão, pode-se inferir que o ato de revelação é concebido como a autocomunicação de Deus. Ele sai do silêncio do seu mistério para se tornar conhecido e comunicar-se com o propósito de estabelecer uma comunhão de vida com a humanidade.”³⁶ O Deus cristão chama para perto de si, visando a aproximação.

²⁷ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 181.

²⁸ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 181.

²⁹ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 181.

³⁰ FISICHELLA, R., A revelação de Deus, p. 69.

³¹ SARAIVA, F., Revelatio, onis, p. 1037.

³² CUNHA, A., Revelação, p. 563.

³³ THEOBALD, C., A revelação, p. 26.

³⁴ THEOBALD, C., A revelação, p. 26.

³⁵ MOINGT, J., Deus que vem ao homem, p. 234.

³⁶ FISICHELLA, R., A revelação de Deus, p. 69.

(2) Ao revelar-se a si mesmo, Deus deu a conhecer o “mistério” da sua vontade (*sacramentum voluntatis suae*). Trata-se de uma ideia tomada do *Corpus Paulinum* (Ef 1,9). O que significa a expressão “mistério da sua vontade”? O termo latino que traduz “mistério” é *sacramentum*, a tradução do termo grego μυστήριον (*mysterion*), “mistério”. Esse é um termo importante para a teologia bíblica, sendo relevante para temas maiores como: revelação, escatologia, eclesiologia e cristologia.

W. L. Liefeld ensina que, na Escritura, *mysterion* é “o conselho de Deus, desconhecido do homem exceto através de revelação, especialmente suas obras de salvação, e propósitos supremos na história.”³⁷ Acentuando o mesmo significado, porém, com ênfase na tradução *sacramentum*, Dorothea Sattler (n. 1961) explicou: “Um sacramento é o ‘mistério’ (em grego μυστήριον) da sua própria natureza em Jesus Cristo, revelado por Deus no tempo e na história e recordado ritualmente por meio do Espírito Santo no espaço da Igreja.”³⁸ Percebe-se que ambas as definições têm, como centro, a revelação de Deus no tempo e na história. Desse modo, percebe-se que a *Dei Verbum* acentua que, Deus se revela ao ser humano, trazendo o conhecimento (mesmo que limitado) de sua natureza e suas obras. Esta é a revelação da vontade de Deus, que é motivada pelos atributos da bondade e sabedoria.

2. Por meio de Cristo, os seres humanos têm acesso, no Espírito Santo, ao Pai

No ponto anterior foi explicado que o primeiro capítulo da Constituição Dogmática *Dei Verbum* afirma: “Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade [...], mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina”.³⁹ Foi dito que duas ideias podem ser explicadas a respeito dessas palavras. Uma foi comentada no ponto anterior. A segunda será comentada neste ponto. Ela é: “Mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina...”. Isso significa que, por meio de Cristo, os seres humanos têm acesso, no Espírito, ao Pai. O que cada cláusula desta ideia quer comunicar?

2.1. “Mediante o qual os homens”

O termo “mediante” conduz à expressão: “mistério da sua vontade”. Então, é mediante o mistério da vontade divina que os seres humanos possuem acesso no Espírito Santo ao Pai. Depois, o texto redige: “o qual os homens”. O que se pode afirmar sobre essa expressão?

(1) O significado de “homem” no texto. Os termos latinos *homo* / *hominis* significam “ser humano” ou “pessoa do sexo masculino”.⁴⁰ O entendimento correto nessa parte da *Dei Verbum* está no significado “ser humano”. Portanto, o documento afirma que os seres humanos, por meio de Cristo, têm acesso ao Pai, no Espírito. Isso significa que este acesso pode ser alcançado pela humanidade, isto é, homens e mulheres.

(2) A situação inquietada atual. É importante recordar a explicação acima no tempo atual, em que, segundo Erwin Dirscherl (n. 1960), “a humanidade se vê ameaçada por conflitos econômicos, ideológicos, religiosos e culturais, por guerras e pelo terror.”⁴¹ Percebe-se que a ideologia faz parte do pensamento de muitos, inclusive na pesquisa teológica, fazendo com que o termo “homem” possa ser discriminado por ser erroneamente ligado somente ao seu significado de “pessoa do sexo masculino”, como se fosse o propósito restringir algo apenas aos homens, excluindo as mulheres.

(3) O Papa Francisco (n. 1936) criticou a ideologização da mensagem evangélica. Segundo ele, “é uma tentação que se verificou na Igreja desde o início: procurar uma hermenêutica de interpretação

³⁷ LIEFELD, W., *Mistério*, p. 302.

³⁸ SATTLE, D., *Sacramento*, p. 420.

³⁹ DV 2.

⁴⁰ CUNHA, A., *Homem*, p. 340.

⁴¹ DIRSCHERL, E., *Humanidade*, p. 255.

evangélica fora da própria mensagem do Evangelho e fora da Igreja.”⁴² Francisco disse que existem outras formas de ideologização da mensagem que aparecem atualmente na América Latina e no Caribe. Uma delas é denominada por ele de “reducionismo socializante”, a ideologização mais fácil de descobrir: “Trata-se de uma pretensão interpretativa com base em uma hermenêutica de acordo com as ciências sociais. Engloba os campos mais variados, desde o liberalismo de mercado até as categorizações marxistas.”⁴³

2.2. “Por meio de Cristo, o Verbo encarnado”

O texto continua: “por meio de Cristo, o Verbo encarnado (*Verbum carnem factum*)”. Com essas palavras, o Concílio reconhece e declara que Cristo é o Mediador que conduz as pessoas a conhecerem o mistério da vontade divina. Eis algumas reflexões sobre esse ponto:

(1) “Por meio de Cristo”. Esta expressão traz à tona:

(i) Que Jesus é essencial na teologia católica. Roberto Belarmino († 1621) afirmou que a segunda marca da Igreja é a antiguidade.⁴⁴ De acordo com ele, “a Igreja é chamada católica porque existiu em todo tempo, e de maneira semelhante é chamada apostólica porque recebeu seus fundamentos dos apóstolos, e portanto é antiquíssima.”⁴⁵ O fundador da Igreja foi o próprio Cristo: “Sabemos primeiramente que o autor foi Cristo, razão pela qual nos chamamos cristãos.”⁴⁶ Cristo é o autor e fundador da Igreja Católica. Assim, ele é essencial a ela. São João Paulo II, em 1979, se perguntava: “De que maneira será conveniente prosseguir?”⁴⁷ Com sabedoria, ele respondeu: “a única orientação do espírito, a única direção da inteligência, da vontade e do coração para nós é esta: na direção de Cristo, Redentor do homem; na direção de Cristo, Redentor do mundo.”⁴⁸ Cristo é o centro das atenções e do pensamento da Igreja. Assim, ele é essencial a ela.

(ii) Que Jesus deve ser entendido dentro do contexto dos ensinamentos da Igreja Católica. É incorreto falar sobre Jesus Cristo com base na experiência pessoal apenas: o correto é proclamar o Jesus que é aprendido na Igreja. França Costa escreveu: “a nossa compreensão sobre o Mistério de Jesus Cristo só será correta se for não somente o Cristo dos Evangelhos, mas o Cristo dos Evangelhos tal qual a Igreja o entende.”⁴⁹ Os cristãos fazem parte de uma grande estrada mantida durante séculos de História. Assim, eles não leem a Bíblia por conta própria, sem comunhão com alguém: os cristãos leem a Escritura com a ajuda da Tradição de seu grupo, a Igreja.⁵⁰

(iii) Que Jesus é o Mediador. Na *Dei Verbum*, “por meio de” traduz a palavra latina *per*, que significa: “através de”. De modo mais profundo, *per* indica: “com o auxílio, favor, ajuda de”.⁵¹ Neste sentido, um mediador pode ser considerado um auxiliador ou ajudador. Em Teologia, o ápice da revelação e da mediação é Jesus Cristo, porque a revelação é a designação sintetizadora da ação salvífica de Deus na história, manifestada no Antigo e no Novo Testamentos, que tem seu ápice no acontecimento de Cristo.⁵² De acordo com G. Müller, uma das concepções fundamentais da revelação é denominada “compreensão da teoria da comunicação”. Este caso “não interpreta a revelação como um sistema de verdades nem como estados de sentimento religioso, mas como o acontecimento de uma relação sujeito/objeto.”⁵³ Assim, a fé é embasada em uma experiência original da realidade e em um encontro

⁴² FRANCISCO, PP., Discurso aos Bispos responsáveis pelo Celam (28/07/2013), p. 74.

⁴³ FRANCISCO, PP., Discurso aos Bispos responsáveis pelo Celam (28/07/2013), p. 74.

⁴⁴ BELARMINO, R., Disputas sobre a fé cristã – a Igreja, p. 381.

⁴⁵ BELARMINO, R., Disputas sobre a fé cristã – a Igreja, p. 381.

⁴⁶ BELARMINO, R., Disputas sobre a fé cristã – a Igreja, p. 381.

⁴⁷ RH 7.

⁴⁸ RH 7.

⁴⁹ COSTA, F., Jesus Cristo o único salvador, p. 35.

⁵⁰ NEGRO, M., A teologia da revelação a partir da Escritura na Igreja, p. 45.

⁵¹ SARAIVA, F., Per., p. 864.

⁵² MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 48.

⁵³ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 48.

pessoal com Deus em sua palavra e sua ação. Neste caso, limita-se a prioridade da subjetividade da razão finita à possibilidade de ser fundamentalmente ouvinte da Palavra de Deus.⁵⁴

A imediatez de Deus que é inacessível a partir do ser humano se torna acessível a partir dele no nível da mediação histórica. Já que o ser humano apenas pode alcançar uma imediatez pessoal a Deus mediada por todos os seus conteúdos espirituais por meio da corporeidade, da historicidade e da sociabilidade, o encontro humano-divino sucede na história à maneira de diálogo. É assim que se alcança a categoria de encontro de pessoas, que é adequado ao conceito de revelação. Concluiu Müller: “A revelação e seu conhecimento se baseiam, portanto, numa dupla mediação: a partir de Deus, quando sua imediatez acontece na mediação histórica; e a partir do ser humano, quando, por meio da mediação realizada pelo próprio Deus, pode alcançar a imediatez de Deus como pessoa.”⁵⁵

Em 1967, Yves Congar († 1995) escrevia que, em algumas dezenas de anos atrás, “a Revelação era considerada como uma sequência de enunciados de tipo filosófico sobre realidades que escavavam, quase todas, à nossa experiência, como se ela fosse um conjunto de teoremas, cuja demonstração o professor simplesmente nos comunicava.”⁵⁶ Porém, Congar continuou, de uns 60 anos para o tempo em que escrevia (1967), a Revelação foi compreendida melhor, pois, de um lado, entendeu-se a sua estrutura econômica ou histórica e, de outro, seu objetivo essencial de aliança, ou seja, de estabelecer uma relação interpessoal entre Deus e o seu povo. “A Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Vaticano II (18 de novembro de 1965) empregou esses valores sem prejuízo de um conteúdo intelectual definido. Isto é muito importante para o futuro da teologia católica. Muitos problemas apareceram por falta disto.”⁵⁷ A figura do mediador é essencial na questão da revelação, porque Deus não determina sua relação com a história por intermédio de uma delimitação puramente negativa, mas por meio de sua liberdade, ao se aproximar, no *médium* da história, como ele mesmo é, em um sujeito da história (a história da liberdade do ser humano Jesus de Nazaré).⁵⁸ “Isto inclui que a liberdade finita do ser humano pode se desenvolver somente no *médium* de seus pressupostos materiais e também no espaço das liberdades e de suas objetivações que ocorrem já antes dele (= os fatos históricos).”⁵⁹

É com essa necessidade de mediação humana na salvação que se entende a mediação de Maria. Regina Radlbeck-Ossmann ensina que a Escritura “expõe em muitas passagens, [que] Deus não efetua sua salvação sem ou até mesmo contra o ser humano.”⁶⁰ A vida dos patriarcas e dos profetas deixa claro que frequentemente Deus usa homens e mulheres com o propósito de manifestar a sua salvação no presente. Desse modo, pessoas individuais são eleitas e encarregadas de tarefas salvíficas significativas, sendo fortalecidas com a graça divina. “Dentro dessas condições, a mediação de Maria deve ser vista como participação humana no evento salvífico divino mediado por Cristo. Este se apresenta de tal modo que os membros do corpo de Cristo são capacitados a levarem outros a Cristo dentro de suas possibilidades.”⁶¹ Em consequência do vínculo solidário entre os seres humanos, a abertura espiritual de alguém transforma a situação salvífica para todos. Desse ponto de vista, os seres humanos são chamados para a participação na ação salvífica divina e capacitados de acordo com sua eleição a serem mediadores da salvação divina. Nesse ponto, a questão de Maria é especial. Radlbeck-Ossmann explicou: “Já que apenas Maria é eleita e capacitada a ser a mãe do Redentor, esse objetivo fundamental do povo de Deus se cumpre em sua vida de modo singular e extraordinário.”⁶² É com esse raciocínio que a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* afirma:

Nenhuma criatura pode colocar-se no mesmo plano que o Verbo encarnado e Redentor; mas, assim como o sacerdócio de Cristo é participado de modo diverso pelos ministros sagrados e pelo povo fiel, e assim

⁵⁴ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 48.

⁵⁵ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 48.

⁵⁶ CONGAR, Y., A teologia depois de 1939, p. 17.

⁵⁷ CONGAR, Y., A teologia depois de 1939, p. 17.

⁵⁸ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 50.

⁵⁹ MÜLLER, G., Dogmática católica, p. 48.

⁶⁰ RADLBECK-OSSMANN, R., Mediação de Maria, p. 325.

⁶¹ RADLBECK-OSSMANN, R., Mediação de Maria, p. 325.

⁶² RADLBECK-OSSMANN, R., Mediação de Maria, p. 325.

como a bondade de Deus, única, se difunde realmente em modos diversos pelas suas criaturas, assim também a única mediação do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas uma cooperação múltipla, embora participada da fonte única.⁶³

(2) “O Verbo encarnado” (*Verbum carnem factum*). Eis algumas reflexões sobre as palavras: “O Verbo” e “encarnado”:

(i) “‘Encarnação’ remete em primeiro lugar ao prólogo do Evangelho de João, no qual se lê: ‘O Verbo se fez carne’⁶⁴ (em grego: ὁ Λόγος σὰρξ ἐγένετο; em latim: *Verbum caro factum est*). É interessante que o Evangelho, no idioma grego, afirma que o Verbo se fez “carne” (σὰρξ) e não “corpo” (σώμα). Aqui, existe algo fundamental para o cristão: foi usado o termo “carne”, para indicar que o Verbo se fez verdadeiramente ser humano, assumindo uma humanidade normal e mostrando-se, inclusive, vulnerável e sensível ao sofrimento do corpo e do coração.⁶⁵ O Papa Francisco explica que o prólogo do Evangelho de João demonstra a atividade criadora de Cristo como Palavra divina, ou seja, o *Lógos*. Contudo, o mesmo prólogo surpreende ao afirmar que essa Palavra se fez carne (Jo 1,14). Isso significa que “uma Pessoa da Santíssima Trindade inseriu-Se no universo criado, partilhando a própria sorte com ele até a cruz. Desde o início do mundo, mas de modo peculiar a partir da encarnação, o mistério de Cristo opera veladamente no conjunto da realidade natural, sem com isso afetar a sua autonomia.”⁶⁶

A encarnação de Cristo foi importante, porque um Cristo superpoderoso, super-homem, afastado do sofrimento e da dor, seria um admirável super-herói, porém não seria imitável. É necessário imitá-lo, e preferível vê-lo próximo a nós, à nossa realidade, demonstrando que sabe lidar com as nossas angústias e dores.⁶⁷ Um dos motivos para que Cristo se encarnasse foi a necessidade de que ele estivesse o máximo possível perto de cada ser humano, não apenas na presença (como esteve com os discípulos e outras pessoas), mas também no próprio ser. De fato, Cristo foi provado em tudo, conforme cada ser humano neste mundo, sendo semelhante a todos, exceto no pecado (Hb 4,15-16). A importância da encarnação de Cristo é, portanto, máxima. “A encarnação, sem desvalorizar as alianças anteriores, é a plena manifestação do Verbo e a plena revelação de Deus aos homens. Ela é também o momento da plenitude da educação dos povos e de cada ser humano em particular.”⁶⁸ Toda a Trindade Santa uniu à Pessoa divina do Verbo a natureza humana, mesmo que apenas o Verbo tenha se encarnado. Com esse argumento, estamos perante a declaração clássica de que todas as ações *ad extra* da Trindade são comuns às três Pessoas divinas.⁶⁹ “A encarnação é, portanto, a revelação do desígnio trinitário de amor e a realização efetiva desse projeto que estava no coração de Deus e que se foi manifestando pelas sucessivas alianças na história da salvação.”⁷⁰

(ii) O significado do termo *Verbum*. Trata-se da tradução do termo grego λόγος. Da raiz *leg-*, *logos* designa uma pluralidade de significados, tais como, “falar”, “relatar”, “selecionar”, “coleccionar” etc.⁷¹ Dois importantes significados do termo são: “palavra”⁷² e “sentido”.⁷³ O apóstolo João, ao escrever seu Evangelho (especialmente o seu prólogo), concedeu ao termo “Verbo” uma ampla significação. Diante do pensamento bíblico, há duas possibilidades de significado. Primeiramente, *Logos* referir-se-ia à Palavra profética que marca as intervenções de Deus na história, revelando seu desígnio. Mas também se referiria à sabedoria que assiste a Deus na criação do mundo e na história de Israel: “uma sabedoria à qual a especulação bíblica tardia parece atribuir um caráter hipostático ainda

⁶³ LG 62.

⁶⁴ LACOSTE, J. (Org.), Encarnação, p. 606.

⁶⁵ COSTA, F., Jesus Cristo o único salvador, p. 251.

⁶⁶ LS 99.

⁶⁷ COSTA, F., Jesus Cristo o único salvador, p. 251-252.

⁶⁸ COSTA, F., Jesus Cristo o único salvador, p. 250.

⁶⁹ COSTA, F., Jesus Cristo o único salvador, p. 250.

⁷⁰ COSTA, F., Jesus Cristo o único salvador, p. 251.

⁷¹ AGBAW-EBAL, M., Light of reason, Light of Faith, p. 142.

⁷² GINGRICH, F.; DANKER, F., λόγος, p. 127.

⁷³ RATZINGER, J., Prefácio à reedição de 2000, p. 21.

incerto, e que Paulo vê efetivamente realizada em Cristo.”⁷⁴ Essas são tentativas de entender o termo *Logos* usado por João à luz da Escritura Hebraica. “Contudo, todas essas significações bíblicas intertestamentárias são aqui assumidas por uma palavra grega, *logos*, que significa no estoicismo ‘a razão’ imanente e eterna da coesão do mundo, o princípio vivo de sua inteligibilidade”.⁷⁵ Refletindo sobre o significado de *Logos* no prólogo do Evangelho de João em relação ao pensamento judaico e grego, J. Ratzinger chama a atenção para as definições “palavra” e “sentido”. Em João, Cristo é apresentado como “palavra” e “sentido”, mas também como palavra que é “relação”. Portanto,

o Deus que é *Logos* nos afiança a racionalidade do mundo, a racionalidade de nosso ser, a adequação da razão a Deus e a adequação de Deus à razão, mesmo que a sua razão ultrapasse infinitamente a nossa e nos pareça tantas vezes como escuridão. O mundo vem da razão, e essa razão é pessoa, é amor – é isso o que a fé bíblica nos diz a respeito de Deus. A razão pode e deve falar de Deus, do contrário ela se mutila a si mesma.⁷⁶

2.3. “Têm acesso no Espírito Santo ao Pai”

Sobre a Terceira Pessoa da Trindade, percebe-se uma mudança de perspectiva do Vaticano II em relação ao Concílio Vaticano I (20º Concílio Ecumênico, realizado de 8 de dezembro de 1869 a 20 de outubro de 1870).⁷⁷ Francesco Lambiasi (n. 1947) explicou: “A perspectiva histórico-salvífica, privilegiada pelo Vaticano II, levou a uma reconsideração da revelação em chave do evento trinitário, um evento que se desenrola na história e tende à comunhão beatífica.”⁷⁸ A apologética de antes identificava o sujeito da revelação na Pessoa de Deus, ou seja, na única natureza divina, o que a fazia prescindir de seu ser Trindade de pessoas.⁷⁹

O Vaticano I, por exemplo, sobre a revelação, escreveu: “A mesma santa mãe Igreja crê e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza mediante a luz natural da razão humana a partir das coisas criadas.”⁸⁰ E, depois: “Todavia, foi-lhe agradável, em sua sabedoria e bondade, revelar-se a si mesmo ao gênero humano, bem como os eternos decretos da sua vontade por outra via, desta vez sobrenatural.”⁸¹ Tais palavras podem ser comparadas com o texto da *Dei Verbum* analisado neste artigo: “Aproveu a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade [...], mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina”.⁸² Essas palavras deixam claro que a revelação é uma história de amor que vem *a Patre per Filium in Spiritu Sancto ad Patrem*.

A visão do Concílio Vaticano II é, portanto, cristocêntrica, mas não cristomonista, já que o Pai se revela à humanidade e a atrai a si, mediante a ação conjunta do Verbo e do Espírito. Desse modo, conclui Lambiasi: “Cristo põe a realidade objetiva de salvação e de revelação e o Espírito a inspira e a interioriza. Este não emite palavras novas, mas torna novas as palavras de Cristo.”⁸³ A presente perspectiva está de acordo com Irineu de Lion († 202). Ele enfatizou que o Pai se revelou à humanidade mediante as duas mãos, ou seja, com o Filho e o Espírito Santo: “Deus será glorificado na sua criatura, conformada e modelada ao seu próprio Filho, pois, pelas mãos do Pai, isto é, por meio do Filho e do Espírito, o homem,

⁷⁴ LACOSTE, J. (Org.), Encarnação, p. 606.

⁷⁵ LACOSTE, J. (Org.), Encarnação, p. 606.

⁷⁶ RATZINGER, J., Prefácio à reedição de 2000, p. 21.

⁷⁷ DH, p. 643.

⁷⁸ LAMBIASI, F., Espírito Santo, p. 231.

⁷⁹ LAMBIASI, F., Espírito Santo, p. 231.

⁸⁰ DF11.

⁸¹ DF 11.

⁸² DV 2.

⁸³ LAMBIASI, F., Espírito Santo, p. 231.

e não uma sua parte, torna-se semelhante a Deus.”⁸⁴ É nesse sentido que deve ser entendido que o ser humano, em Cristo, tem acesso no Espírito Santo ao Pai.

2.4. “E se tornam participantes da natureza divina”

As últimas palavras desta parte da *Dei Verbum* que será analisada neste artigo é: “E se tornam participantes da natureza divina”. O que se pode refletir sobre estas palavras?

(1) Um dos textos que embasam essa frase é 2Pd 1,4. Ali, percebe-se que o Verbo de Deus se fez carne para tornar os filhos de Deus participantes da natureza divina.⁸⁵ Irineu, ao comentar o Sl 82,6-7, no qual se lê: “todos vós sois deuses e filhos do Altíssimo”, escreveu: “Estas palavras são dirigidas aos que recusam o dom da adoção filial, desprezam este nascimento sem mancha que foi a encarnação do Verbo de Deus, privam o homem da sua elevação a Deus e manifestam ingratidão para com o Verbo de Deus, que se encarnou por eles.”⁸⁶ E conclui: “Este é o motivo pelo qual o Verbo de Deus se fez homem e o Filho de Deus Filho do homem: para que o homem, unindo-se ao Verbo de Deus e recebendo assim a adoção, se tornasse filho de Deus.”⁸⁷ A *Dei Verbum* enfatizou, portanto, que se tornar participante da natureza divina é se tornar filho de Deus, através da encarnação de Jesus Cristo.

(2) A participação da natureza divina é amadurecida, nesta vida, pelos sacramentos da iniciação cristã. Os fundamentos de toda vida cristã são lançados pelos sacramentos da iniciação cristã, isto é, o Batismo, a Confirmação e a Eucaristia.⁸⁸ O Papa Paulo VI († 1978), sobre o assunto, explicou:

A participação na natureza divina, que os homens recebem como dom mediante a graça de Cristo, apresenta certa analogia com a origem, o desenvolvimento e a sustentação da vida natural. Os fiéis, de fato, renascidos no Batismo, são fortalecidos pelo sacramento da Confirmação e, depois, nutridos com o alimento da vida eterna na Eucaristia. Assim, por efeito destes sacramentos da iniciação cristã, estão em condições de saborear cada vez mais os tesouros da vida divina e de progredir até alcançar a perfeição da caridade.⁸⁹

Se tornar participante da natureza divina traz grande responsabilidade para o cristão: amadurecer essa participação, através da comunhão com Deus que ocorre por meio dos sacramentos da iniciação cristã.

(3) Participar da natureza divina é herdar a salvação em Cristo. O *Catecismo da Igreja Católica* afirmou: “Deus nos colocou no mundo para conhecê-lo, servi-lo e amá-lo e, assim, chegar ao paraíso. A bem-aventurança nos faz participar da natureza divina (IPd 1,4) e da vida eterna. Com ela, o homem entra na glória de Cristo e no gozo da vida trinitária.”⁹⁰ Esta terceira reflexão sobre a expressão “e se tornam participantes da natureza divina” amplia o horizonte da atenção para o mundo porvir. A participação na natureza divina é, então, algo que não se limita a apenas uma condição ética nessa vida. Também caminha na direção da completa transformação ontológica na vida eterna.

Conclusão

Este artigo trabalhou com algumas palavras da Constituição Dogmática *Dei Verbum*. O leitor certamente percebeu que cada palavra e expressão do Concílio Vaticano II são ricas de significado e podem encher folhas de comentários. As citações de diversos autores ajudam no embasamento e compreensão do texto. O objetivo foi trazer algumas reflexões acerca do texto selecionado, para aplicá-las ao coração do leitor. A revelação divina é a autocomunicação de Deus ao ser humano, visando tornar

⁸⁴ IRINEU de Lion, *Contra as heresias*, V, 6,1.

⁸⁵ CEC 460.

⁸⁶ IRINEU de Lion, *Contra as heresias*, III, 19,1.

⁸⁷ IRINEU de Lion, *Contra as heresias*, III, 19,1.

⁸⁸ CEC 1212.

⁸⁹ CEC 1212.

⁹⁰ CEC 1721.



Deus conhecido e trazer esperança a cada pessoa. É belo saber que Deus teve prazer em se revelar ao ser humano, não é bom fazer algo obrigado. Sem dúvida, isso se aplica ao próprio Deus.

Ao contrário de alguma obrigação, Deus se revelou em alegria, permeado de bondade e sabedoria. Ao se revelar, Deus tornou conhecido o mistério de sua vontade: ele descortinou sua face em Cristo Jesus e apresentou seu plano de salvação, deixando a fé como garantia e o desejo de fazer o bem como regra para seus seguidores. Também é belo saber que toda a Trindade Santa esteve envolvida com a revelação: Deus, por meio de Cristo e do Espírito, se revela ao ser humano, tornando-o capaz de ser participante da natureza divina.

Esta verdade traz os seguintes desafios: (1) Conservar a fé pessoal, pois é um dom que dignifica cada pessoa e a torna cheia de esperança de um mundo melhor e da vida eterna. (2) Ser grato pelo que a Trindade Santa fez pelo povo de Deus em todas as épocas da história. A ingratidão não é boa atitude em nenhum âmbito da vida. Quem é grato vive uma vida mais prazerosa e se sente realizado por saber que a gratidão é motivação sincera para agir em cada situação. (3) Proclamar a revelação de Deus, isto é, um encontro pessoal com a Pessoa de Jesus Cristo. Quem recebe um presente geralmente gosta de mostrá-lo para as pessoas. Sendo a revelação um dom, cada pessoa que foi alvo dela precisa ter a alegria de anunciá-la às demais pessoas.

Proclamar a revelação de Deus não consiste em sentir-se superior aos demais, mas transmitir um testemunho que diga o que a Trindade Santa faz na vida de quem anuncia. Deus usa pessoas para o auxiliarem na mediação de sua revelação. Os principais foram Jesus e Maria. Porém, ele usou outras pessoas no decorrer da história. A fé de cada cristão deve conduzi-lo a saber que Deus pode usá-lo como instrumento de sua revelação, por meio do testemunho pessoal e da prática de boas ações que tragam, já no presente, um mundo de esperança, um mundo melhor.

Referências bibliográficas

AGBAW-EBAI, Maurice A. **Light of reason, Light of Faith: Joseph Ratzinger and the German Enlightenment.** South Bend, Indiana: St. Augustine's Press, 2021.

BARTMANN, Bernardo. **Teologia dogmática.** São Paulo: Paulinas, 1964. (Vol. 1: Revelação e fé, Deus, a criação).

BEAUCHAMP, Paul. Sabedoria. In: LACOSTE, Jean-Yves (Org.). **Dicionário crítico de Teologia.** São Paulo: Paulinas / Loyola, 2004. p. 1560-1564.

BELARMINO, Roberto. **Disputas sobre a fé cristã – a Igreja.** Rio de Janeiro: CDB, 2021. v. II.

BENTO XVI, PAPA. **Deus caritas est.** São Paulo: Paulus; Loyola: 2006.

BOULNOIS, Olivier. Analogia. In: LACOSTE, Jean-Yves (Org.). **Dicionário crítico de Teologia.** São Paulo: Paulinas / Loyola, 2004. p. 120-123.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9.ed. São Paulo: Loyola / Ave-Maria / Paulinas / Paulus; Rio de Janeiro: Vozes, 2006. (De acordo com a edição oficial latina).

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II.** 3.ed. São Paulo: Paulus, 2004. p. 347-367. (Coleção Documentos da Igreja).

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II.** 3.ed. São Paulo: Paulus, 2004. p. 101-213. (Coleção Documentos da Igreja).

CONGAR, Yves. A teologia depois de 1939 (1967). In: CONGAR, Yves. **Situação e tarefas atuais da teologia.** São Paulo: Paulinas, 1969. p. 11-25.

COSTA, Françoá. **Jesus Cristo o único salvador.** São Paulo: Cultor de Livros, 2019.

- CUNHA, Antônio G. da. Atributo. In: CUNHA, Antônio G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. p. 68. (Coleção Obras de Referência).
- CUNHA, Antônio G. da. Homem. In: CUNHA, Antônio G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. p. 340. (Coleção Obras de Referência).
- CUNHA, Antônio G. da. Revelação. In: CUNHA, Antônio G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. p. 563. (Coleção Obras de Referência).
- DI SANTE, Carmine. **Israel em Oração: origens da liturgia cristã**. São Paulo: Paulinas, 1989. (Biblioteca de Estudos Bíblicos).
- DIRSCHERL, Erwin. Humanidade. In: BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram. **Novo léxico da teologia dogmática católica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 254-255.
- FISICHELLA, Rino. A revelação de Deus. In: FISICHELLA, Rino (Org.). **Comentário teológico-pastoral (Catecismo da Igreja Católica)**. São Paulo: Loyola, 2024. p. 69-81. (Coleção Catequese).
- FRANCISCO, Papa. Discurso aos Bispos responsáveis pelo Celam (28/07/2013). In: FRANCISCO, Papa. **Pronunciamentos do Papa Francisco no Brasil**. São Paulo: Paulus / Ipiranga, 2013. p. 70-78.
- FRANCISCO, Papa. **Laudato Si'**. São Paulo: Paulus / Loyola, 2015.
- GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. *λόγος*. In: GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. **Léxico do N.T. grego/português**. São Paulo: Vida Nova, 2003. p. 127.
- GONÇALVES, Paulo Sérgio L. Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín. **Cultura Teológica**, v. 26, n. 91, p. 101-123, jan/jun 2018.
- IRINEU de Lion. **Contra as heresias**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2009. (Coleção Patrística, 4).
- JOÃO PAULO II, Papa. **Cruzando o limiar da esperança**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1994. p. 151. (Depoimentos de João Paulo II a Vittorio Messori).
- JOÃO PAULO II, Papa. **Redemptor Hominis**. 9.ed. São Paulo: Paulinas, 2004.
- LACOSTE, Jean-Yves. Encarnação. In: LACOSTE, Jean-Yves (Org.). **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004. p. 606-610.
- LAFONT, Ghislain. Analogia. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino. **Dicionário de teologia fundamental**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 57-58.
- LAMBIASI, Francesco. Espírito Santo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino. **Dicionário de teologia fundamental**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 230-235.
- LIEFELD, Walter. L. Mistério. In: TENNEY, Merrill C. (Org.). **Enciclopédia da Bíblia**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008. p. 302-306. (Vol. 4: M-P).
- MOINGT, Joseph. **Deus que vem ao homem: do luto à revelação de Deus**. São Paulo: Loyola, 2010. v.1. (Coleção Theologica).
- MÜLLER, Gerhard L. **Dogmática católica: teoria e prática da teologia**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- NEGRO, Mauro. A teologia da revelação a partir da Escritura na Igreja. **Revista de Cultura Teológica**, v. 17, n. 68, p. 41-63, jul./dez. 2009.
- PAULO VI, Papa. Constituição Apostólica *Divinae consortium naturae*. Catecismo da Igreja Católica. 9. ed. São Paulo: Loyola / Ave-Maria / Paulinas / Paulus; Rio de Janeiro: Vozes, 2006. (De acordo com a edição oficial latina).
- PIO IX, Papa. Constituição Dogmática *Dei Filius*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999. p. 293-308. (Documentos da Igreja, 6).

RADLBECK-OSSMANN, Regina. Mediação de Maria. In: BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram. **Novo léxico da teologia dogmática católica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 325-326.

RATZINGER, Joseph. **O sal da terra**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

RATZINGER, Joseph. Prefácio à reedição de 2000. In: RATZINGER, Joseph. **Introdução ao cristianismo**: preleções sobre o símbolo apostólico. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 11-23.

RATZINGER, Joseph. **Relatório sobre a fé**. Tubarão: Escola Ratzinger, 2021. (Conversa com Vittorio Messori).

SARAIVA, Francisco R. dos S. Per. In: SARAIVA, Francisco R. dos S. **Novíssimo dicionário latino-português**. 12.ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006. p. 864.

SARAIVA, Francisco R. dos S. Placeo. In: SARAIVA, Francisco R. dos S. **Novíssimo dicionário latino-português**. 12.ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006. p. 904.

SARAIVA, Francisco R. dos S. Revelatio, onis. In: SARAIVA, Francisco R. dos S. **Novíssimo dicionário latino-português**. 12.ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006. p. 1037.

SATTLER, Dorothea. Sacramento. In: BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram. **Novo léxico da teologia dogmática católica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 420-426.

THEOBALD, Christoph. **A revelação**. São Paulo: Loyola, 2006.

Heber Ramos Bertuci

Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro / RJ – Brasil

E-mail: bertuciheber25@gmail.com

Recebido em: 18/03/2025

Aprovado em: 02/07/2025